

Estudo Técnico Preliminar - 52/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 2022.50.1719.30257

2. Descrição da necessidade

SEGURO PREDIAL

Contratação de empresa especializada para para emissão de apólices objetivando a cobertura dos bens móveis e imóveis deste Conselho Regional de Corretores de Imóveis em observância as exigências pre estabelecidas em regimento interno desta Autarquia.

CATSER 13943

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Controle Patrimonial	Everton Mendes Pacheco

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Baseado em contratos anteriores, a apólice deverá conter as seguintes coberturas afim de atender as necessidades identificadas na apólice vigente, segue as informações dos requisitos necessários ao atendimento das necessidades deste Regional:

ITEM	COBERTURA VIGENTE DL Nº 059/2020 PROC. 2019.105.195.18419	LMI	PRÊMIO	FRANQUIA
1	INCÊNDIO, QUEDA DE RAIOS, EXPLOÇÃO DE QUALQUER NATUREZA, FUMAÇA E QUEDA DE AERONAVES ELÉTRICAS	R\$ 9.100.000,00	R\$ 1.136,77	Raio 10% c/ mín. R\$ 800,00
2	DANOS ELÉTRICOS	R\$ 55.000,00	R\$ 327,09	10% com mínimo de R\$ 800,00
3	VENDAVAL, FURACÃO, CICLONE, TORNADO, GRANIZO, QUEDA DE AERO, IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E FUMAÇA	R\$ 88.000,00	R\$ 142,65	10% com mínimo de R\$ 800,00
4	ROUBO OU FURTO QUALIFICADO DE BENS (COMERCIAIS E INDUSTRIAIS)	R\$ 30.000,00	R\$ 255,30	10% com mínimo de R\$ 800,00
5	TUMULTOS – INCLUSIVE SAQUE, INCÊNDIO E ATOS DOLOSOS DECORRENTES DOS RISCOS COBERTOS	R\$ 88.000,00	R\$ 46,73	10% com mínimo de R\$ 800,00
6	QUEBRA DE VIDROS	R\$ 100.000,00	R\$ 1.404,12	10% com mínimo de R\$ 800,00
7	PERDA OU PAGAMENTO DE ALUGUEL	R\$ 100.000,00	R\$ 40,55	não há
8	ASSISTÊNCIA EMPRESARIAL			vide condições
9	RESPONSABILIDADE CIVIL GUARDA DE VEÍCULOS TERRESTRES DE TERCEIROS	R\$ 100.000,00	R\$ 224,06	10% com mínimo de R\$ 500,00
10	RESPONSABILIDADE CIVIL DE EMPREGADOR	R\$ 30.000,00	R\$ 60,89	não há

A Autarquia pretende garantir a segurança do Patrimônio Público a fim de resguardar, por intermédio de indenização os possíveis danos/prejuízos, caso ocorram. A contratação se dá em função dos serviços serem de segurança, necessários à Administração para a preservação do patrimônio público e desempenho de suas atividades.

A licitante deverá observar os critérios mínimos exigidos em edital para a prestação dos serviços propostos por esta Autarquia.

A contratada deverá emitir apólice com vigência de 12 meses com possibilidade de renovações sucessivas até o limite de 60 meses.

Quanto aos critérios de sustentabilidade, não se aplica na execução do objeto, uma vez que os serviços a serem contratados referem-se ao pagamento de indenizações por prejuízos ocorridos decorrente de riscos cobertos.

Deverá ser apresentada pelo licitante, documentação que ateste o conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço:

Atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, o qual comprove que a licitante possui experiência mínima e que prestou, de forma satisfatória, serviços compatíveis com o objeto deste Termo de Referência;

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

5. Da fundamentação legal

- a) Lei nº 10.520/2002: Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- b) Decreto nº 10.024/2019: Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal;
- d) Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores: Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Legislação aplicada subsidiariamente;
- e) Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990: Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
- f) Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e alterações: Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
- g) Regimento padrão CRECIs - R1.126/09, Seção III - Despesas em geral - Art. 38;
Art. 38 - O CRECI fica obrigado a contratar seguro sobre seus bens móveis e imóveis, sob pena de responsabilidade para seus ordenadores de despesas.
- h) Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências;
- i) Decreto nº 61.867, de 07 de dezembro de 1967: Regulamenta os seguros obrigatórios previstos no artigo 20 do Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e dá outras providências;
- k) Circular SUSEP nº 621, de 12 de fevereiro de 2021: Dispõe sobre as regras de funcionamento e os critérios para operação das coberturas dos seguros de danos;
- l) Circular SUSEP nº 642, de 20 de dezembro de 2021: Dispõe sobre a aceitação e a vigência do seguro e sobre a emissão e os elementos mínimos dos documentos contratuais;
- m) Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002: Institui o Código Civil.
- n) Decreto nº 1.054, de 7 de fevereiro de 1994: Regulamenta o reajuste de preços nos contratos da Administração Federal direta e indireta, e dá outras providências.

6. Da prestação dos serviços

O prazo máximo de início do atendimento/avaliação dos danos causados aos bens móveis e imóveis segurados será em até 24 horas, contado a partir do aviso emitido pela Contratante.

A contratada deverá garantir o pagamento das indenizações previstas no contrato dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrega da documentação completa necessária para essa finalidade, de acordo com as normas estabelecidas pela SUSEP.

SUSEP - é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Economia, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.

7. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado baseia-se no texto da Instrução Normativa n.º 73 de 05 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DA PESQUISA DE PREÇOS

Formalização

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - identificação do agente responsável pela cotação;

II - caracterização das fontes consultadas;

III - série de preços coletados;

IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Critérios

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

Parâmetros

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

- a) descrição do objeto, valor unitário e total;
- b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;
- c) endereço e telefone de contato; e
- d) data de emissão.

III - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

8. Descrição da solução como um todo

Trata-se de contratação de seguro para as dependências deste Conselho visando a segurança dos bens móveis e imóveis tendo em vista prevenir o órgão de possível sinistro que possa causar danos materiais ao CRECI-RS, com emissão de apólice com vigência de 12 meses e com previsões de renovações sucessivas até o limite de 60 meses mais 12 meses se for o caso.

A contratação em questão visa ao atendimento do que dispõe o regulamento desta Autarquia que prevê seguro para seus bens móveis e imóveis.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação de seguradora visa a emissão de 01 apólice contendo todos os requisitos dispostos neste ETP visando manter seguros os bens móveis e imóveis são as definidas neste documento de estudos.

10. Estimativa do Valor da Contratação

O valor para esta contratação para um período de 12 meses esta estimado em:

Descritivo		Qtd	Valor estimado
Contratação de apólice de seguro para sede da Autarquia	sv	1	R\$ 3.441,62

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os serviços são de natureza continuada, pois tem como objetivo segurar o edifício sede desta Autarquia, bem como seus respectivos conteúdos, contra incêndio, raio, explosão e riscos diversos (roubo ou furto de bens, danos elétricos, quebra de vidros e responsabilidade civil), de forma que a Entidade seja indenizada na eventual ocorrência de tais sinistros.

Pelas características do objeto não haverá parcelamento da solução pretendida por esta Entidade.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá contratações correlatas para o objeto.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O referido objeto encontra-se previsto no plano Anual de Contratações do vigente ano registrado sob o número 213 do PAC de 2022, processo n.º 2021.46.1557.26823.

Valor Previsto: 14.000

14. Modelos

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE LICITANTE QUE REALIZOU A VISTORIA TÉCNICA

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, CNPJ/MF, sob o n.º _____, com sede na _____ (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____, expedida pela _____ e inscrito no Cadastro da Pessoa Física, CPF/MF sob o n.º _____, visitou o local, tomando conhecimento do ambiente objeto deste Pregão e das condições que possam ter influência na formulação da proposta.

15. Resultados Pretendidos

Assegurar que os objetos deste Conselho estejam protegidos a possíveis riscos que possam ocorrer evitando assim prejuízos para a Administração, corretores, servidores, terceirizados e o público em geral.

16. Providências a serem Adotadas

Não há.

17. Possíveis Impactos Ambientais

Não há.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Por todos os fatores apresentados julgo estar a demanda apta a ser licitada na modalidade que melhor ajustar-se ao caso em comento.

19. Responsáveis

Aprovo na forma da Lei o documento que dará embasamento na futura contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de apólice de seguro predial para esta Entidade.

EVERTON MENDES PACHECO

Coordenador de Patrimônio